

# Na negociação, 4 pontos certos

**BRASÍLIA** — O Governo já definiu pelo menos quatro pontos de sua estratégia de negociação da dívida externa com os bancos credores: recusa ao monitoramento do Fundo Monetário Internacional (FMI) sobre a economia brasileira até o ano 2000; desejo que a redução da taxa de risco (*spread*) valha para todo o estoque da dívida e não apenas para as parcelas que forem vencendo; proibição à cobrança de uma taxa extra, pelos bancos estrangeiros, no reempréstimo interno dos recursos obtidos através da renegociação da dívida (*relending*); e uma cláusula que permita ao País obter novos empréstimos nos próximos anos.

Esses quatro pontos da proposta que será feita aos banqueiros foram anunciados ontem pelo Ministro do Planejamento, João Sayad, durante almoço com 16 deputados do PMDB, interessados em saber detalhes da estratégia de negociação com os bancos credores.

O Deputado Ralph Biasi (PMDB, SP), Presidente da Comissão de Economia da Câmara, disse, após o almoço, que o endurecimento das posições dos parlamentares brasileiros em relação ao problema da dívida externa "favorece uma proposta mais firme do Governo na negociação com os bancos".

Sayad confirmou que o Brasil deverá pedir dinheiro novo no próximo ano, para viabilizar a meta de crescimento econômico anual de seis por cento, prevista no Plano Nacional de Desenvolvimento (PND).

Esses recursos entrariam no País, segundo Ralph Biasi, através da capitalização parcial dos juros. Este ano, o Ministro do Planejamento considera que já não há mais tempo hábil para a negociação de dinheiro novo.

Os quatro pontos da proposta do Governo, apresentados por Sayad, não agradaram inteiramente os deputados do PMDB. Para o Deputado Irajá Rodrigues (RS), as reivindicações são tímidas. Ele defendeu, simplesmente, a suspensão dos pagamentos da dívida por um prazo de cinco anos e disse que já há um projeto de emenda constitucional tramitando na Câmara propondo essa medida.

● A grande desvantagem do fechamento de um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e com os bancos credores somente em 88 é que o Governo não sabe o que o espera no próximo ano, afirmou ontem o Secretário Geral do Ministério do Planejamento, Andrea Callabi.